



TJ decide manter presídio funcionando

EDITORIA DE MUNICÍPIOS
municipios@ojornal-al.com.br

O desembargador Alcides Gusmão da Silva, integrante da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, suspendeu decisão de primeiro grau que determinava a desativação do Presídio Desembargador Luiz de Oliveira Lima, localizado na cidade de Arapiraca.

De acordo com informações do processo, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, após realizar visitas nas unidades prisionais do Estado, avaliou as condições de funcionamento do presídio de Arapiraca como igual às da Casa de Custódia da capital. Para o desembargador, a remoção dos detentos para Maceió só transferiria o problema de um local para outro, situação não recomendada pela legis-

lação e nem se trata de uma medida de interesse público.

O desembargador Alcides Gusmão destacou as informações prestadas pelo gerente geral do presídio de Arapiraca que ressaltou a necessidade da unidade ter, no mínimo, 24 agentes penitenciários de plantão, tendo atualmente apenas 14. Para o desembargador, o aumento do número de agentes seria uma solução bem mais rápida, eficaz e menos dispendiosa, já que o problema não é estrutural, mas de caráter organizacional.

Quanto aos argumentos de desativação do presídio no sentido de resguardar a paz dos acadêmicos da Ufal Arapiraca e da população vizinha ao prédio, o desembargador considerou louvável, mas o relatório do mostrou as condições gerais presídio como regulares.

Mais uma tentativa de transferência

Representantes da Ufal se reuniram, ontem, com o corregedor-geral de Justiça, James Magalhães. Foi mais uma tentativa para conseguir a transferência dos 192 reeducandos do Presídio Desembargador Luís de Oliveira Souza e resolver a situação que provocou a paralisação das atividades há 74 dias.

Segundo o diretor-geral do Campus Arapiraca, Márcio Aurélio, a comunidade acadêmica só voltará às atividades se houver garantia de segurança. O corregedor-geral disse que a transferência dos apenados é uma questão de decisão política. "Continuo participando da mediação para contribuir com o Estado e com a Ufal, mas agora a

matéria está no âmbito judicial e isso foge à competência da Corregedoria", justificou James Magalhães.

O juiz-corregedor do Sistema Prisional de Alagoas, Antônio Dórea, que também participou da reunião, afirmou que não houve cumprimento do que foi acordado no Palácio República dos Palmares, no dia 10 de maio. Nem a reforma anunciada para o módulo 4, no Presídio Baldomero Cavalcanti, foi concluída. "Em visita à unidade, não encontramos colchões, havia infiltração e muitos problemas. O sistema prisional de Alagoas e do País está falido. Aqui no Estado há um problema sério de gestão. afirmou James Magalhães.